

TERMO DE REFERÊNCIA - TR**AQUISIÇÃO DE CAIXAS DE ABELHAS SEM FERRÃO, CÊRA APÍCOLA E PÓLEN PARA O PROJETO
POLINIZA PG
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS****ÓRGÃO GERENCIADOR****ÓRGÃO:** Prefeitura Municipal de Ponta Grossa.**CNPJ:** 76.175.884/0001-87.**ENDEREÇO:** Av. Visconde de Taunay, 950 - Ronda - CEP: 84051-900 - Ponta Grossa/PR.**FONE:** (42) 3220-1000 - ramal 1381, 1256.**ENDEREÇO ELETRÔNICO:****SEI:** 338780/2026**1. FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DE FORNECEDOR (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'h' da Lei nº 14.133/2021).**

1.1 Aquisição por meio de ata de registro de preços de itens destinados ao Projeto Poliniza PG da Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Ponta Grossa/PR.

2. DEFINIÇÃO DO OBJETO (art. 6º, alínea XXIII, inciso 'a' 'i', Lei nº 14.133/2021)

OBJETO: Aquisição de caixas para abelhas sem ferrão, cera apícola e pólen, para serem utilizados pelo Projeto Poliniza PG da Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento da Prefeitura Municipal de Ponta Grossa/PR. A aquisição de itens é fundamental para o adequado andamento do Projeto.

TABELA

Item	Descrição do Objeto	Unidade de Medida	Qtde	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
1	Item: Caixa de madeira para abelhas sem ferrão, modelo INPA, vazias, composta por 3 módulos cuja dimensão interna de cada módulo deve ser, no mínimo, de 14x14 cm de base e 7 cm de altura, cuja espessura mínima da madeira deve ser de 3 cm. As colmeias devem ser compostas pelos módulos de ninho com sobreninho e melgueira sobreposta, um módulo de fundo e uma tampa.	UNID	400	R\$ 167,13	R\$ 66.852,00
2	Item: Cera mista de abelhas, de origem apícola, própria para uso em manejo de colmeias, (Cera composta por 75% de cera purificada de Apis mellifera africana e 25% de cera de abelhas sem ferrão. Produto esterilizado, livre de resíduos, pronto para uso, fornecido em barras embaladas individualmente para proteção contra umidade e contaminação. Tamanho da lâmina aproximado: 7,5 x 14 cm). Destinada à confecção e reposição de estruturas internas, livre de impurezas, resíduos ou contaminantes, com odor e coloração característicos, acondicionada em embalagem adequada que preserve sua integridade, com validade mínima de 12 meses na data da entrega, para utilização nas colmeias integrantes do Projeto Poliniza.	50	Kg	R\$ 286,17	R\$ 14.308,50

3	Item: Pólen de abelha Pólen apícola desidratado, 100% natural, destinado à suplementação nutricional de colmeias, isento de impurezas, fungos ou contaminantes, com grânulos íntegros e características físicas próprias do produto, acondicionado em embalagem hermética e apropriada para conservação, com validade mínima de 12 meses na data da entrega, para utilização nas colmeias vinculadas ao Projeto Poliniza.	20	Kg	R\$ 188,33	R\$ 3.766,60
TOTAL					R\$ 84.927,10

2.1 Especificações do produto / serviço:

A contratação enquadra-se como BEM COMUM. A entrega será nos endereços e quantidades informadas, atendendo as especificações apresentadas, substituindo produtos que apresentarem qualquer tipo de defeito ou que estiverem fora das especificações contidas na proposta de preço e nas determinações definidas.

Assumir os riscos e despesas necessárias à boa e perfeita entrega do produto/serviço contratado.

A empresa deverá fornecer/executar os produtos/serviços conforme solicitado e disposto no Termo de Referência, inclusive deverá obedecer aos prazos e garantias nele listados.

3. DA VIGÊNCIA DA ATA

3.1 O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses e terá sua eficácia após um dia útil de sua publicação no Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP), na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021. Prorrogável se mantida a vantajosidade e a critério da Administração.

3.2 Após a homologação da licitação, o fornecedor registrado será convocado para assinar a Ata de Registro de Preços.

3.3 A execução se dará a partir do recebimento pela empresa, do Empenho ou da Autorização de Compras.

3.4 A Ata de Registro de Preços e o Contrato decorrente da Ata oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas.

4. DA PESQUISA SISTEMATIZADA DE PREÇOS

A pesquisa de preços foi realizada de acordo com o artigo 23 e seguintes da Lei nº 14.133/2021 e artigo 22 e seguintes do Decreto Municipal nº 21.500/2023. Desta forma, segue a metodologia aplicada para a realização do Mapa de Preços, foi realizada pesquisa de mercado com associação de apicultores, apiário e contratações públicas similares em edital recente e sites de compra para levantamento do preço de referência para os materiais.

4.1 MAPA DE PREÇOS

Item	Descrição/ Especificação	Unidade De Medida	Qtde	Fornecedor 1 Associação dos Apicultores	Fornecedor 2 Apiário Seseret	Fornecedor 3 Edital Pregão 90086/2025 PMM	Fornecedor 4 Acesso à sites de Compras	Média	Valor Total
1	Caixa para abelha sem ferrão	Unidade	400	R\$ 150,00	R\$ 135,00	R\$ 255,25	R\$ 128,25	R\$ 167,13	R\$ 66.852,00
2	Cera mista	Kg	50	R\$ 160,00	R\$ 165,00	R\$ 489,73	R\$ 329,95	R\$ 286,17	R\$ 14.308,50
3	Pólen apícola desidratado	Kg	20	R\$ 170,00	R\$ 175,00	R\$ 219,99		R\$ 188,33	R\$ 3.766,60
VALOR TOTAL								R\$ 84.927,10	

5. DA ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

5.1 Após a pesquisa de preços, analisados de forma crítica e atendendo ao artigo 23 do Decreto Municipal nº 21.500/2023, chegou-se aos valores unitários dos itens. O cálculo se deu por média aritmética simples, conforme o mapa de preços.

5.2 Valor total da contratação: **R\$ 84.927,10 (oitenta e quatro mil novecentos e vinte e sete reais e dez centavos).**

5.3 Este valor é uma estimativa inicial para a abertura dos lances da respectiva licitação.

6. DA FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'b' da Lei nº 14.133/2021)

Os materiais adquiridos serão destinados à manutenção e expansão das colmeias do Projeto Poliniza PG, contribuindo para a preservação de polinizadores, educação ambiental e fortalecimento da meliponicultura no município.

7. DA SOLUÇÃO CONSIDERADA O CICLO DE VIDA DO OBJETO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'c' da Lei nº 14.133/2021)

7.1 A descrição da solução como um todo, encontra-se no Estudo Técnico Preliminar, documento que precede este Termo de Referência.

8. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'd' da Lei nº 14.133/2021)

8.1 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

9. DA GARANTIA DA EXECUÇÃO

9.1 Não haverá exigência de garantia da execução, tendo em vista tratar-se de fornecimento de bens comuns, sem complexidade técnica relevante e sem risco significativo à Administração

10. DA GARANTIA DO PRODUTO / SERVIÇO

Caixa de madeira para abelhas sem ferrão, modelo INPA.

Cera mista de abelhas, de origem apícola, com validade mínima de 12 meses na data da entrega.

Pólen apícola desidratado, 100% natural, com validade mínima de 12 meses na data da entrega,

11. DA SUSTENTABILIDADE

A presente contratação deverá observar critérios de sustentabilidade ambiental, em conformidade com a legislação vigente, especialmente a Lei nº 14.133/2021, a Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos), a Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01/2010 e o Decreto Municipal nº 11.328/2016, que institui o Programa de Compras Públicas Sustentáveis.

Considerando a natureza do objeto, deverão ser adotados os seguintes critérios:

I – Os produtos fornecidos deverão apresentar menor impacto ambiental possível, desde sua produção até a entrega final, observando práticas sustentáveis na cadeia produtiva;

II – As caixas de madeira para abelhas sem ferrão deverão ser fabricadas com madeira de origem legal, devendo a licitante, quando solicitado, comprovar a procedência por meio de documentação pertinente (como Documento de Origem Florestal – DOF ou equivalente), dando-se preferência à utilização de madeira de reflorestamento ou de fontes sustentáveis, vedado o uso de madeira de origem ilegal;

III – Os materiais utilizados na confecção das caixas não poderão conter substâncias tóxicas ou prejudiciais às abelhas, devendo ser adequados ao manejo de abelhas sem ferrão e compatíveis com a preservação ambiental;

IV – A cera apícola deverá ser de origem regular, livre de resíduos químicos, contaminantes ou impurezas, devendo ser proveniente de práticas apícolas adequadas e ambientalmente responsáveis;

V – O pólen apícola deverá ser 100% natural, isento de aditivos artificiais, fungos ou contaminantes, garantindo a integridade do produto e a segurança das colmeias;

VI – Os produtos deverão ser fornecidos por fabricantes ou fornecedores que adotem, sempre que possível, boas práticas ambientais, com observância da legislação ambiental aplicável ao seu processo produtivo;

VII – As embalagens deverão ser, preferencialmente, recicláveis, biodegradáveis ou de menor impacto ambiental, devendo ser utilizadas em quantidade mínima necessária para garantir a proteção dos produtos durante transporte e armazenamento;

VIII – Sempre que possível, deverá ser priorizada a aquisição de produtos provenientes de fornecedores locais ou regionais, visando à redução de emissões decorrentes do transporte e ao fortalecimento da economia local;

IX – Os resíduos gerados no processo de fabricação e fornecimento deverão ter destinação ambientalmente adequada, em conformidade com a Política Nacional de Resíduos Sólidos;

X – Os produtos deverão observar, no que couber, as normas técnicas aplicáveis, inclusive quanto à utilização de materiais atóxicos, recicláveis e de menor impacto ambiental, conforme diretrizes da ABNT.

12. DAS EXIGÊNCIAS PARA HABILITAÇÃO

12.1 Da habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista

12.1.1 As exigências de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado nos anexos aos editais de licitação, bem como os critérios de habilitação econômico-financeira.

12.2 Da habilitação técnica

- a) Atestado (s) de capacidade técnica, expedido (s) por pessoa (s) jurídica (s) de direito público ou privado, que comprove (m), de forma satisfatória, a aptidão do licitante para o desempenho de atividade e/ou fornecimento compatível em características, quantidades e prazos com o objeto de que trata este processo licitatório. Comprovação de fornecimento mínimo de 10% (dez por cento) do quantitativo total estimado para o item ou lote, admitida a soma de atestados.
- b) Responsável pela análise técnica: Veterinário Marcos André Aleixo. Matrícula: 15335 E-mail: compras.mf.pmpg@gmail.com - Contato: (42)3220 1000 ramal: 1246

13. DA EXECUÇÃO CONTRATUAL (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'e' da Lei nº 14.133/2021)

13.1 Após a emissão do empenho ou contrato a empresa será convocada para entrega do objeto, da seguinte forma:

Prazo de entrega: 30 dias úteis a partir da data da convocação para entrega ou execução do objeto.

Horário de entrega: Em horário a combinar com o fiscal técnico.

Locais de entrega: Prefeitura Municipal de Ponta Grossa -Av. Visconde de Taunay, 950 – 4º andar. Ponta Grossa-PR ou Centro Agropecuário Municipal, no endereço: Avenida General Aldo Bonde 1050 CEP: 84060-170 – Santa Terezinha – Ponta Grossa -PR.

14. DO RECEBIMENTO DO OBJETO

14.1 Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de cinco dias, pelo fiscal do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

14.2 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 dias, a contar da notificação da contratada, às custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

14.3 Os bens/serviços serão recebidos definitivamente, conforme art. 80, incisos I, alínea 'b' e II, alínea 'b' do Decreto Municipal nº 21.500/2023. Outrossim, constatados vícios de quantidade e qualidade, a Administração poderá aplicar as garantias previstas no Código de Defesa do Consumidor.

14.4 O produto deverá obedecer às normas padrões da ABNT e INMETRO, ser de boa qualidade e atender eficazmente a finalidade que dele naturalmente se espera, conforme determina o Código de Defesa do Consumidor.

14.5 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos da incorreta execução do contrato, bem como a responsabilidade sobre a garantia dos produtos.

14.6 Em caso de necessidade a contratada poderá solicitar adiamento de prazo de entrega desde que plenamente justificado e aceito pelo órgão requisitante e que o adiamento não traga transtornos as atividades de atendimento à população e aos servidores desta.

15. DA GESTÃO CONTRATUAL (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'f' da Lei nº 14.133/2021)

15.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas na Lei nº 14.133/2021 e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

15.2 A designação de Gestor e Fiscal será realizada pela Autoridade Competente, mediante Ordem de Serviço a ser publicada no Diário Oficial do Município, concomitantemente à formalização da contratação.

Gestor do Contrato: Edson Afonso Maciel – matrícula 31389

Suplente Gestor do Contrato: Fábio Pinheiro de Jesus – matrícula 33397

Fiscal Administrativo: Saiuri Ishikura – matrícula 21371

Suplente Fiscal Administrativo: Dilécia José Vergilino de Oliveira – matrícula 17589

Fiscal Técnico: Marcos André Aleixo – matrícula 15335

Suplente Fiscal Técnico: Tácia Gomes Bergstein Galan – matrícula 30073

16. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO (art. 6º, inciso XXIII. Alínea ‘g’ da Lei nº 14.133/2021)

16.1 A avaliação da execução do objeto utilizará os relatórios parâmetros de fiscalização, conforme previsto no anexo a este Termo de Referência ou outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

a) não produzir os resultados, deixar de executar ou não executar com a qualidade mínima exigida, as atividades contratadas; ou

b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

16.2 A utilização do relatório não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

16.3 O pagamento das obrigações observará a ordem cronológica de exigibilidade, nos termos do art. 141 da Lei nº 14.133/2021 e art. 85 do Decreto Municipal nº 21.500/2023, cujos prazos serão limitados a:

a) 18 (dezoito) dias úteis para a liquidação da despesa, a contar do recebimento da Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração; e

b) 18 (dezoito) dias úteis para pagamento, a contar da liquidação da despesa.

16.4 O pagamento somente será efetuado se a Nota Fiscal ou Nota Fiscal Fatura estiver atestada pela fiscalização.

16.5 A Nota Fiscal deverá ser emitida posteriormente à emissão do empenho, acompanhada dos seguintes documentos:

a) prova de Regularidade relativa à Seguridade Social;

b) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

c) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual e Municipal da sede do contratado;

d) certidão de Regularidade do FGTS;

e) certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

17. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 6º, inciso XXIII, alínea ‘j’ da Lei nº 14.133/2021)

17.1 As despesas para atender a esta contratação, estão previstas no orçamento para o exercício de 2026 e constam de movimento constante no processo SEI nº 38780/2026.

17.2 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes mediante apostilamento.

17.3 No Decreto Federal nº 11.462/2023 que regulamenta o Sistema de Registro de Preços, diz:

Art. 17º - A indicação da disponibilidade de créditos orçamentários somente será exigida para a formalização do contrato ou de outro instrumento hábil.

18. DO PLANO DE CONTRATAÇÃO ANUAL

18.1 A contratação está prevista no Plano de Contratações - exercício 2026 - através das demandas das unidades administrativas, conforme constantes no processo SEI nº 1354/2026.

19. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

19.1 A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes nesse Termo assumindo com exclusividade os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando as obrigações a seguir dispostas:

19.1.1 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor.

19.1.2 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou ao acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos.

19.1.3 Apresentar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos atualizados:

- a) certidão conjunta relativa aos tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- b) certidão que comprove a regularidade perante a Fazenda Estadual;
- c) certidão que comprove a regularidade perante a Fazenda Municipal da sede do contratado;
- d) certidão de Regularidade do FGTS;
- e) certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

19.1.4 Atender as determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.

19.1.5 Comunicar ao fiscal do contrato, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

19.1.6 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

19.1.7 Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato.

19.1.8 Cumprir durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação.

19.1.9 Sempre que solicitado, comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas.

19.1.10 Cumprir, além dos postulados legais vigentes no âmbito federal, estadual ou municipal, as normas regulamentadoras de segurança.

19.1.11 É obrigação da CONTRATADA manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a qualificação.

19.1.12 Entregar o objeto em perfeitas condições, conforme especificações, como prazo e local constantes neste Termo de Referência, acompanhado da respectiva Nota Fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de validade. Quando for o caso, entregar manual do usuário e termo de garantia do objeto.

19.1.13 Ter pleno conhecimento e aceitação, dos requisitos técnicos, do teor do Termo de Referência e seus anexos, documentos aplicáveis nas normas e legislação pertinentes, não havendo nenhuma dúvida quanto ao objeto entregue, bem como, concordar com todos os seus efeitos legais.

19.1.14 Toda a mão de obra necessária para a logística de transporte para o fornecimento do objeto e seus respectivos encargos sociais e trabalhistas, ficarão sob a responsabilidade da empresa CONTRATADA.

19.1.15 Indicar preposto para representa-la durante a execução do Termo de Contrato, quando for o caso.

19.1.16 Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação de rede de assistência técnica autorizada.

19.1.17 Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimentos adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.

19.1.18 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para maior de 14 (quatorze) anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

19.1.19 Comunicar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que anteceder a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

19.1.20 Como requisito elementar, os bens deverão ser novos e entregues acondicionados adequadamente em suas embalagens originais lacradas e deverão, comprovadamente, estar em fase normal de produção/fabricação, não sendo aceitos materiais descontinuados ou fora de linha de produção do fabricante.

19.1.21 Os bens que demandarem de uma logística no seu deslocamento, cujos custos de entrega (frete) até o local determinado pelo Contratante, bem como a montagem, devem estar inclusos no preço dos produtos.

20. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

20.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com o objeto contratual.

20.2 Designar servidores para gerir, acompanhar e fiscalizar a execução do objeto contratual.

20.3 Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto contratual, podendo rejeitar, no todo ou em parte, fornecimento ou serviço, executado em desacordo com a ata a ser firmado.

20.4 Comunicar a CONTRATADA para emissão de Nota Fiscal no que concerne a parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133/2021.

20.5 Aplicar a CONTRATADA as sanções previstas na lei.

20.6 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução da ata, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

20.7 A Administração terá o prazo de 30 dias, a contar da data do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

20.8 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução da ata, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

20.9 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência.

20.10 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Termo Contratual e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo.

20.11 Comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido, fixando o prazo para resposta da empresa e a sua ação corretiva.

20.12 Acompanhar e fiscalizar a perfeita execução do Termo Contratual, através da fiscalização e gestão, cabendo a este, registrar todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou impropriedades observadas.

20.13 Observar para que, durante a vigência do presente Termo Contratual, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação, assim como a sua compatibilidade com as obrigações assumidas.

20.14 Efetuar o pagamento a CONTRATADA no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo previsto no Decreto nº 21.500/2023 e suas alterações.

21. DO REAJUSTE E REEQUILÍBRIO DO CONTRATO

21.1 Independentemente do prazo de duração do contrato, utilizar-se-á como critério de reajuste o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, nos termos do art. 90 do Decreto Municipal nº 21.500/2023, com data-base vinculada à data do orçamento estimado, que no presente caso foi finalizado com formalização do mapa de preços no dia 02/04/2026.

21.2 A concessão do reajuste será realizada de ofício mediante aditivo ao contrato.

21.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros de último reajuste.

21.4 No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará a CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

21.5 Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será obrigatoriamente o definitivo.

21.6 Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

21.7 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

21.8 Surgindo fato desencadeador ocorrido após assinatura do contrato, que cause desequilíbrio decorrente de fato imprevisível, ou previsível, mas insuperável por mais diligente que tenha sido a respectiva parte.

21.9 Que o risco não se encontre entre aqueles que sejam atribuídos pela própria parte.

21.10 Que esse fator de desequilíbrio não decorra de ação culposa ainda que indireta do requerente.

21.11 Que o desequilíbrio afete as condições financeiras da proposta, pode o CONTRATANTE requer o reequilíbrio.

21.12 O prazo para o CONTRATANTE analisar e decidir sobre o pedido de reequilíbrio é de 45 (quarenta e cinco) dias, sendo que em caso de ultrapassar esses dias, caberá incidência de juros de 1% (um por cento) ao mês, mais a correção monetária sob o respectivo montante.

21.13 A exclusão do regime tributário do Simples Nacional por ato voluntário da contratada ou superação dos limites da receita bruta anual, que cuida o art. 30 da Lei Complementar nº 123/2006, não enseja o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato.

22. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

22.1 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/sem outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original.

22.2 Sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato.

22.3 Não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

23. DOS ESCLARECIMENTOS E EXIGÊNCIAS ADICIONAIS

23.1 As partes envolvidas deverão observar as disposições da Lei nº 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados, quanto ao tratamento dos dados pessoais que lhes forem confiados, em especial quanto à finalidade e boa fé na utilização de informações pessoais para consecução dos fins a que se propõe o presente processo.

Ponta Grossa, 02/04/2026.

Assinado por:

Sônia Luiza da Silva Vieira

02/04/2026 - 13:38

BEWSGBFZQSSHBj6K6V850Q

Responsável pela confecção deste TR

Assinado por:

IZALTINO CORDEIRO DOS SANTOS

02/04/2026 - 11:41

Q6O7RFEWQPARKN9KDU7NYW

Secretário de Agricultura, Pecuária e Abastecimento